

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A GIP Hélios II S.A. (“Companhia”) é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista.

A Companhia tem como controladora direta a holding GIP Hélios I S.A. e o controlador final é o fundo GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 07 de abril de 2022, e lhe foi transferida em 06 de outubro de 2022, 100% do controle dos investimentos do Grupo Atlas, composto pelas companhias Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e em 28 de abril de 2023 adquiriu o controle de 100% da Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. (nota 12). Essas controladas são detentoras de investimentos em projetos de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica. Em Março de 2024 a Companhia concretizou a venda dos investimentos em Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Holding 2 S.A., conforme apresentado na nota explicativa nº 2.1.k.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, A GIP Hélios II apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em R\$ 286.025 (positivo em, R\$ 2.561.478 em 31 de dezembro de 2023), principalmente sobre a variação na conta de empréstimos. No encerramento do exercício de 2024 foi apurado prejuízo no valor de R\$ 951.619 (lucro de R\$ 117.876 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração, nesta data avaliou a capacidade da Companhia em continuar com o curso planejado de sua operação, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para ocorrer durante o ano de 2025, e serão quitados de acordo com o plano de negócios da Companhia, mantendo o curso financeiro da Companhia e o cumprimento das obrigações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Relação das entidades controladas

Controladas	País	Participação acionária			
		2024		2023	
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	Brasil	-	-	100%	Direta
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	Brasil	-	-	100%	Direta
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta

2.1 Aquisições, alienações e reorganizações societárias

As transações abaixo apresentadas tiveram como objetivo a transferência destes ativos para outras Empresas e Companhias do grupo para concentrar projetos em suas respectivas fases de desenvolvimento. Os impactos dessas aquisições, alienações e reorganizações se deram na equivalência patrimonial e no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 11, 12 e 15.

(a) Aquisição de ativos de geração de energia fotovoltaica

Em dezembro de 2022, o Grupo adquiriu um conjunto de ativos em desenvolvimento em Vista Alegre, pelo valor de R\$ 116.372, dos quais R\$ 84.075 foram pagos no exercício fiscal de 2022 e o restante, no valor de R\$ 32.000, foi pago com correção monetária durante 2023, conforme reconhecido nas obrigações correntes do Grupo, sob o título de outras contas a pagar, conforme demonstrado na Nota 14.

Em 2023, o Grupo efetuou o pagamento de um complemento ao preço estabelecido no contrato no valor de R\$ 25.078, conforme a Nota 13.

Os ativos adquiridos constituem substancialmente o direito de exploração (concessões).

O respectivo projeto visa implementar parques de geração de energia fotovoltaica, por meio das dezoito usinas em desenvolvimento, localizadas no Estado de Minas Gerais. Atualmente, o projeto possui uma capacidade total estimada de 787,14 MWh.

(b) Aquisição de um projeto de energia fotovoltaica – Vista Alegre XX

Em 1º de junho de 2023, o Grupo adquiriu o projeto em desenvolvimento da Vista Alegre XX Energia SPE Ltda., pelo valor de R\$ 14.515. O valor de R\$ 6.733 foi pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O saldo restante, no valor de R\$ 7.782, está reconhecido como outras contas a pagar nas obrigações correntes, conforme descrito na Nota 14.

O projeto consiste na comercialização entre empresas e Companhias do Grupo, bem como nas receitas obtidas no mercado à vista. O volume médio estimado de energia vendida para a Vista Alegre XX é entre 285 e 311 GWh por ano.

Os ativos adquiridos constituem substancialmente o direito de exploração (concessão) e estão descritos na Nota 13.

(c) Venda de participações societárias – Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Em 7 de julho de 2023, o Grupo celebrou um contrato de compra e venda de ações da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia Ltda. com a Albras – Alumínio Brasileiro S.A., correspondendo à venda de 6,67% das ações desse investimento. Com a venda da porcentagem, o Grupo, detém 60% (66,67% em 31 de dezembro de 2022) das ações da subsidiária indireta. O valor da venda foi de R\$ 60.332, reconhecido na conta de contas a receber nos ativos circulantes.

(d) Venda de participações societárias – Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.

Em 7 de julho de 2023, o Grupo celebrou um contrato de compra e venda de ações da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia Ltda. com a Albras – Alumínio Brasileiro S.A., correspondente à venda de 10% das ações desse investimento. Com a venda da porcentagem, o Grupo agora detém 90% das ações da subsidiária indireta. O valor da venda foi de R\$ 163.662, reconhecido na conta de contas a receber nos ativos não circulantes.

Abaixo, é demonstrada a reconciliação da operação provenientes da venda das ações:

	Vista Alegre - 10%	Boa Sorte - 6,67%	Total
Receita de vendas de participações societárias	163.662	60.332	223.994
Custo de participação em investimentos	(132.039)	(54.969)	(187.008)
Resultado da venda de participações societárias	31.623	5.363	36.986

(e) Cisão parcial – Complexo Draco

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2024, a Companhia aprovou a cisão parcial do acervo a ser cindido no montante de R\$ 19.840, decorrente das investidas do Complexo Draco.

O objetivo da reorganização societária é segregar os portfólios do Grupo que estão em diferentes estágios. Os ativos líquidos incorporados pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de junho de 2024. Abaixo seguem os acervos patrimoniais cindidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

	Nota	Acervo cindido - 31 de julho de 2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.656
Total do ativo circulante		13.656
Imobilizado em andamento	10	20.426
Intangível		115
Total do ativo não circulante		20.541
Total do ativo		34.197

Passivo		
Fornecedores	14	4.333
Obrigações fiscais		358
Imposto de renda e contribuição social	21	14
Outras contas a pagar	14	4.927
Total do passivo circulante		9.632
Outras contas a pagar	14	4.711
Total do passivo não circulante		4.711
Patrimônio Líquido		
Capital social – data do laudo de cisão (i)	17	19.854
Total do patrimônio líquido		19.854
Total do passivo e patrimônio líquido		34.197

- (i) O período entre a data base do laudo de cisão e o período de aprovação da cisão parcial, gerou prejuízo de R\$ 13, que foram reconhecidos em prejuízos acumulados.

Decorrente do processo de cisão parcial, a Companhia realizou a redução de capital social no montante de R\$ 19.840, conforme descrito na nota explicativa nº 15.a

Como parte do processo de cisão parcial das entidades Draco a Companhia, transferiu o controle das seguintes Empresas para a Atlas Brasil Energia Holding 7 S.A.

Empresa

Atlas Juramento Comercializadora de Energia Ltda;
Draco 1 Energia SPE Ltda;
Draco 2 Energia SPE Ltda.;
Draco 3 Energia SPE Ltda.;
Draco 4 Energia SPE Ltda;
Draco 5 Energia SPE Ltda;
Draco 6 Energia SPE Ltda;
Draco 7 Energia SPE Ltda;
Draco 8 Energia SPE Ltda;
Draco 9 Energia SPE Ltda;
Draco 10 Energia SPE Ltda;
Atlas Project Holding 1 Ltda;
Atlas Project Holding 2 S.A.;
Atlas Project Holding 3 Ltda;
Atlas Project Holding 4 Ltda;

(f) Cisão parcial - Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2024, a Companhia aprovou a cisão parcial do acervo a ser cindido no montante de R\$ 72.434, decorrente da cisão da investida Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

O objetivo da reorganização societária é segregar os portfólios do Grupo que estão em diferentes estágios. Os ativos líquidos incorporados pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de julho de 2024. Abaixo seguem os acervos patrimoniais cindidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

Ativo	Nota	Acervo cindido - 31 de julho de 2024
		Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	8	265.731
Impostos a recuperar		17
Adiantamento a fornecedores		265.748
Total do ativo circulante		265.748
Investimentos	10	-
Imobilizado	12	82.054
Total do ativo não circulante		82.054
Total do ativo		347.802
 Passivo		
Fornecedores	14	25.420
Obrigações fiscais		2.684
Imposto de renda e contribuição social	21	52
Outras contas a pagar	14	75
Total do passivo circulante		28.231
Financiamentos	15	247.000
Total do passivo não circulante		247.000
 Patrimônio Líquido		
Capital social – data do laudo de cisão (i)	17	72.571
Total do patrimônio líquido		72.571
Total do passivo e patrimônio líquido		347.802

- (i) O período entre a data base do laudo de cisão e o período de aprovação da cisão parcial, gerou prejuízo de R\$ 147, que foram reconhecidos em prejuízos acumulados.

Decorrente do processo de cisão parcial, a Companhia realizou a redução de capital social no montante de R\$ 72.435, conforme descrito na nota explicativa nº 15.a

Como parte do processo de cisão parcial da investida Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda., a Companhia, transferiu o controle direto da Empresa e indireto das seguintes Empresas:

Empresa

Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE S.A.;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE S.A.;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE S.A.;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE S.A.;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE S.A.;

(g) Alienação de investimentos Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Em 06 de março de 2024, a Companhia concluiu a operação de venda da totalidade das ações da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. para a Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda. (“EBECP”). Por esta razão, a Companhia procedeu com o reconhecimento da receita de venda no valor de R\$ 2.361.046 e custo de alienação no valor de R\$ 3.151.141, gerando, portanto, um prejuízo na venda destes ativos de R\$ 790.095, conforme nota explicativa nº 11.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

De acordo com o CPC 36 (R3) a entidade que seja controladora pode deixar de apresentar as demonstrações consolidadas somente se satisfizer todas as condições a seguir, além do permitido legalmente:

- (i) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora;
- (ii) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
- (iii) ela não tiver arquivado nem estiver em processos de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e

- (iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais por atender os critérios acima e seu controlador da Companhia, GIP Hélios I S.A. apresentará as demonstrações financeiras consolidadas, que estará disponível publicamente em complemento às essas demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 20 de junho de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Moeda funcional da empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal e referem-se principalmente, aos seguintes aspectos relacionados à suas controladas: direito de uso e arrendamentos, vida útil dos ativos tangíveis, redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), valores recuperáveis dos ativos intangíveis, reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização, instrumentos financeiros e quaisquer provisões que podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

6 Políticas contábeis materiais

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte notas explicativas:

- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024.
- **Instrumentos financeiros - Nota explicativa nº 19:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são:

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6.2 Contas a receber

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as suas contas a receber. Em se tratando de valores a receber de redução de capital em controlada e contrato de mútuo a vencer em longo prazo, a Companhia julga não necessitar de qualquer provisão no momento.

6.3 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em controladas inclui a mais-valia identificada na aquisição pelo preço pago excedente em relação aos valores registrados para as controladas na data da transação devido à capacidade de gerar novos projetos para o portfólio, por meio da obtenção de licenças para fornecimento de energia elétrica, e à expertise dos gestores em relação ao mercado de atuação.

6.4 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado) ou,
- ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos
patrimoniais a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.5 Redução do valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera

informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito.

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões;

As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são os impostos a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os montantes dos impostos correntes a pagar ou a receber são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente relacionadas a variação cambial do principal referente aos seus ativos e passivos financeiros atrelados à moeda estrangeira.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.7 Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
 - a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
 - a determinação do preço para cada tipo de transação;
 - a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
- e

- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

6.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de aplicações financeiras;
- receita de juros;
- despesa de juros;
- taxas e comissões bancárias; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

6.9 Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

6.10 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no

mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos bancários (a)	1.575	21.865
Total	<u>1.575</u>	<u>21.865</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em uma quantia e com um risco insignificante de alteração de valor.

9 Contas a receber de partes relacionadas

- a) O valor de R\$ 30.113 (R\$ 30.000 em 31 de dezembro de 2023) trata-se:
- (i) Segunda parcela da redução de capital da controlada Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. no valor de R\$ 30.000 sendo o total de R\$ 60.000, ocorrida em 2023, cuja 1ª parcela de R\$ 30.000 foi recebida em junho de 2023; e
 - (ii) R\$ 113 de valor residual a receber decorrente da redução de capital da controlada Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. no valor total de R\$ 120.000 em 2024, do qual já foi recebido R\$ 67.935 em setembro de 2024 e R\$ 51.952 em dezembro de 2024.
- b) O montante de R\$ 337.009 em 31 de dezembro de 2023 refere-se ao saldo do contrato de mútuo celebrado em 28 de novembro de 2023 entre a Companhia e a Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., controlada da Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. que tem participação indireta em 90% de seu capital social e 100% de suas ações preferenciais.

A remuneração são os juros remuneratórios à taxa de referência (*TERM-SOFR, administrada pelo CME Group Benchmark Administration Ltd.* para contratos internacionais) que incidem sobre o valor principal acrescido de 1,00% (um inteiro por cento) diariamente, de forma não capitalizada, durante o período do empréstimo que se inicia 18 de outubro de 2023 e se encerra no dia imediatamente anterior à 30 de abril de 2025, data do vencimento, utilizando-se um fator diário calculado com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias. O mútuo foi liquidado em 20 de dezembro de 2024.

Segue abaixo a movimentação:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Variação</u> <u>cambial</u>	<u>Recebimento</u> <u>de principal</u>	<u>Recebimento</u> <u>de juros</u>	<u>Juros</u> <u>incorridos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>
Mútuo com controlada indireta	337.009	88.774	(427.639)	(30.642)	32.498	-
	<u>337.009</u>	<u>88.774</u>	<u>(427.639)</u>	<u>(30.642)</u>	<u>32.498</u>	<u>-</u>

	<u>Valor financiado</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Mútuo com controlada indireta	345.122	(12.452)	4.340	337.009
	<u>345.122</u>	<u>(12.452)</u>	<u>4.340</u>	<u>337.009</u>

10 Dividendos a receber

Referem-se aos dividendos a receber das controladas conforme abaixo:

Controlada	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	27.429	8.773
	<u>27.429</u>	<u>8.773</u>

Em abril de 2024, mediante a AGO de aprovação de contas a administração deliberou sob a não destinação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, sendo assim o montante de R\$ 8.773 retornou ao Patrimônio Líquido da controlada. Em 2024 a Controlada apurou lucro e destinou R\$ 27.429 à título de dividendos mínimos obrigatórios.

11 Ativo não circulante mantido para a venda

Em reunião realizada em 28 de outubro de 2023 a GIP Hélios II S.A. e a Engie firmaram contrato de venda e compra das totalidade das ações das investidas diretas da GIP Hélios II, Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. Desta forma, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido a venda programada de seus ativos em 2024, foram reconhecidos ativos e passivos não circulantes mantidos para venda. Os ativos que estão sujeitos a este tema são Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Em 06 de março de 2024, a Companhia concluiu a operação de venda e por consequência, a transferência do controle em sua totalidade das ações da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. para a Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda. (“EBECP”). Por esta razão, a Companhia procedeu com o reconhecimento da receita de venda no valor de R\$ 2.361.046, sendo (i) R\$ 1.204.000 relativo ao valor contábil dos ativos líquidos adquiridos e R\$ (ii) 1.157.046 decorrentes da diferença entre a contraprestação transferida e o valor contábil dos ativos, registrados como: Direito de uso de ativos, imobilizado e intangível. O custo de alienação dos ativos foi de R\$ 3.151.141, o valor justo da transação, que corresponde ao preço pago, foi de R\$ 2.361.046. Dessa forma, a venda desses ativos resultou em um prejuízo de R\$ 790.095. Adicionalmente, o valor de equivalência patrimonial destes ativos a data da venda foi de R\$ 9.074.

Os detalhes dos ativos são apresentados abaixo:

Controlada	Investimento em 06/03/2024	Mais valia	Dividendos a receber	Saldo em 06/03/2024
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	691.718	1.377.498	38.087	2.107.303
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	512.739	520.308	10.791	1.043.838
	1.204.457	1.897.806	48.878	3.151.141

Controlada	Investimento em 31/12/2023	Mais valia	Dividendos a receber	Saldo em 31/12/2023
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	697.105	1.385.433	38.087	2.120.625
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	516.326	522.691	10.791	1.049.808
	1.213.431	1.908.124	48.878	3.170.433

O resultado desta operação está apresentado como Outras despesas operacionais:

	2024	2023
Receita na alienação de investimentos	2.361.046	-
Custos na alienação de investimentos	(3.151.141)	-
	(790.095)	-

Em função do prejuízo apurado na venda das ações dos ativos mencionados, não houve geração de base tributável de imposto de renda e contribuição social.

13 Fornecedores

Tipo de fornecedor	2024	2023
Assessoria jurídica	2.099	2.202
Gestão de documentos	446	459
Consultorias	433	-
Serviços Administrativos	-	36
	2.978	2.697

14 Empréstimos

Trata-se de uma linha de crédito internacional no montante de USD 135.000 dividido em duas operações sendo a primeira de USD 65.000 em 04 de outubro de 2023 com vencimento do principal e juros em 04 de outubro de 2024 e a segunda operação de USD 70.000 em 18 de outubro de 2023 com vencimento do principal e juros em 18 de outubro de 2024 com juros remuneratórios da taxa de referência (TERM-SOFR, administrada pelo CME Group Benchmark Administration Ltd. para contratos internacionais) acrescida de 1,85% ao ano. Adicionalmente, não há covenants ou garantias atreladas ao empréstimo.

Abaixo está apresentada a movimentação desses empréstimos:

	Saldo em 31/12/2023	Variação cambial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2024
Empréstimo	664.260	183.362	(499.584)	(67.265)	54.328	335.101
	664.260	183.362	(499.584)	(67.265)	54.328	335.101

	Captação de empréstimos	Variação cambial	Juros	Saldo em 31/12/2023
Empréstimo	683.655	(30.080)	10.685	664.260
	683.655	(30.080)	10.685	664.260

15 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.828.975 (R\$ 5.526.954 em 31 de dezembro de 2023) representado por 3.828.974.833 ações (5.526.953.920 em 31 de dezembro de 2023), sendo todas ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. As ações da Companhia pertencem ao acionista GIP Hélios I S.A., detentor de 100% das ações.

Em 10 de dezembro de 2024 a GIP Hélios II recebeu adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 30.000 (R\$ 936.954 em 2023).

Adicionalmente, a GIP Hélios converteu durante o exercício de 2024 o montante de R\$ 454.000 de adiantamento para futuro aumento de capital em capital social integralizado e a GIP Hélios II procedeu com redução de capital em R\$ 2.315.000 mediante caixa e R\$ 92.274 mediante cisão, conforme nota explicativa nº 1.2

b. Outros resultados abrangentes

i. Reserva de Hedge

As variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais, resultantes do principal do financiamento vinculado a moeda estrangeira, designado como hedge de fluxo de caixa, estão sendo reconhecidas em outros resultados abrangentes. As operações de hedge foram realizadas na Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e na Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. que em 31 de dezembro de 2024 somam um saldo acumulado de ganhos no valor de R\$ 192.540 (R\$ 86.947 em 2023). As variações cambiais do instrumento de hedge designado serão reconhecidas no patrimônio líquido até que o objeto hedge, as receitas altamente prováveis da venda de energia, sejam reconhecidas.

As mudanças correspondentes no custo amortizado serão reconhecidas no patrimônio líquido até que o item hedge seja reconhecido na receita e, conseqüentemente, a proporção do saldo do patrimônio líquido será transferida para a receita do ano.

ii. Ajuste de conversão

Mediante os ajustes de conversão realizados nas subsidiárias indiretas, Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. e Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., foi reconhecido o efeito reflexo da controlada, que em 31 de dezembro de 2024 somam um saldo acumulado de perdas no valor de R\$ 549.925 (perdas de R\$ 8.324 em 2023).

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou prejuízos de R\$ 951.619 suficientes para reversão da reserva legal acumulada em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 8.391.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou o lucro de R\$ 117.876. Em função disso, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 5.894.

d. Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme previsto no artigo dezesseis do seu Estatuto Social, a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 1%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, em função dos prejuízos apurados de R\$ 951.577, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 1.120, conforme demonstrativo abaixo:

31/12/2023

Lucro líquido do exercício	117.876
Base de cálculo - Reserva Legal	117.876
Reserva legal - 5%	(5.894)
Base de cálculo - Dividendos mínimos	111.982
Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	1.120

16 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Serviços de técnicos	(2.404)	(3.614)
Assessoria jurídica	(3.773)	(2.310)
Consultoria operacional (a)	(29.688)	(475)
Consultoria empresarial	(42)	(89)
Impostos e taxas (b)	(10.581)	-
Contabilidade e serviços administrativos	(147)	(63)
	(46.635)	(6.551)

- (a) De forma a intensificar os desenvolvimentos de negócios, o Grupo aumentou os custos de consultoria operacional para a estruturação de novos negócios junto ao IDB (*Inter-American Development Bank*), aos quais não puderam ser elegíveis como ativo fixo.
- (b) Refere-se a impostos sobre rendimentos auferidos sob mútuos concedidos.

17 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	11	-
Variação cambial ativa	114.258	30.080
Juros sobre mútuo (a)	32.498	4.340
	146.767	34.420
Despesas financeiras		
Comissões bancárias sobre empréstimos	(11.911)	(11.469)
Juros sobre empréstimos	(54.328)	(10.685)
Variação cambial passiva	(214.070)	(12.453)
IOF sobre mútuo	(9)	(6.403)
Taxas bancárias	(569)	(487)
Juros sobre saldo bancário negativo	-	(41)
	(280.887)	(41.538)
Resultado financeiro líquido	(134.120)	(7.118)

- Conforme nota explicativa nº 9b e 18.

18 Transações com partes relacionadas

Controladora e controladora final: A controladora direta é o GIP Hélios I S.A. e o controlador final é o fundo GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

Operações com partes relacionadas

	Contas a receber		Receitas (despesas)	
	2024	2023	2024	2023
Operações intercompany				
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A	-	337.009	32.498	(8.113)
	-	337.009	32.498	(8.113)
	A receber		A pagar	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos				
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	38.087	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	30.000	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	10.791	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	113	8.773	-	-
GIP Hélios I S.A.	-	-	1.594	1.594
	30.113	57.651	1.594	1.594

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	2024		2023	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1.575	21.865	-
Contas a receber partes relacionadas	9	-	30.113	-	367.009
Dividendos a receber	10	-	27.429	-	57.651
		-	59.117	21.865	424.660
Passivos					
Fornecedores	13	-	2.978	-	2.697
Empréstimos	14	-	335.101	-	664.260
Dividendos a pagar	15	-	1.594	-	1.594
Obrigações fiscais	-	-	5.471	-	835
Outras contas a pagar	-	-	-	-	209
Total		-	345.144	-	669.595

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível (*)	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.575	1.575	21.865	21.865
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	30.113	30.113	367.009	367.009
Dividendos a receber	Nível 2	27.429	27.429	57.651	57.651
Fornecedores	Nível 2	2.978	2.978	2.697	2.697
Empréstimos	Nível 2	335.101	335.101	664.260	664.260
Dividendos a pagar	Nível 2	1.594	1.594	1.594	1.594
Obrigações fiscais	Nível 2	5.471	5.471	835	835
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	209	209
Total		404.261	404.261	1.116.120	1.116.120

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Aplicável

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional a Companhia não apresenta exposição a tal risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.575	21.865
Contas a receber partes relacionadas	30.113	367.009
Dividendos a receber	27.429	57.651
Total transações no resultado	<u>59.117</u>	<u>446.525</u>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	2024			2023		
	Fluxos de caixa contratuais			Fluxos de caixa contratuais		
	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	Valor contábil	Total	1 ano ou menos
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.978	2.978	2.978	2.697	2.697	2.697
Empréstimos	335.101	335.101	335.101	664.260	664.260	664.260
Dividendos a pagar	1.594	1.594	1.594	1.594	1.594	1.594
Obrigações fiscais	5.471	5.471	5.471	835	835	835
Outras contas a pagar	-	-	-	209	209	209
	345.144	345.144	345.144	669.595	669.595	669.595

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente dos empréstimos e contrato de mútuo. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD).

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer a proteção de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. Os compromissos futuros atrelados à moeda estrangeira têm seus vencimentos iniciando em outubro de 2023 e terminando em abril de 2025.

O quadro abaixo demonstra a exposição da Companhia atrelada ao risco cambial em 31 de dezembro de 2023.

Risco cambial atrelado ao USD				
Em 31/12/2024	Até 1 ano em USD	Até 1 ano em BRL	Maior que 1 ano em USD	Maior que 1 ano em BRL
Empréstimos (**)	54.115	54.115	-	-
Exposição líquida	54.115	54.115	-	-
Risco cambial atrelado ao USD				
Em 31/12/2023	Até 1 ano em USD	Até 1 ano em BRL	Maior que 1 ano em USD	Maior que 1 ano em BRL
Contrato de mútuo (*)	-	-	68.729	364.264
Empréstimos (**)	(135.000)	(729.000)	-	-
Exposição líquida	(135.000)	(729.000)	68.729	364.264

(*) Contrato de mútuo com a controlada indireta Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A, conforme apresentado na Nota 9b.

(**) Empréstimos bancários conforme apresentado na Nota 14.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve valor de inefetividade reconhecido no resultado do exercício.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro da Companhia que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas	Cenário		Sensibilidade		
	Taxa em 31/12/2024	Provável 31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de cambio USD (a)	6,19	5,96	5,96	7,45	8,94

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia tem seu principal ativo financeiro com taxa de rentabilidade que acompanha a taxa de rentabilidade de seus empréstimos bancários. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Companhia é em contrato de mútuo com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui empréstimos com a taxa que acompanha seu principal ativo financeiro.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2024	Cenário		Sensibilidade		
		Provável 31/12/2025	Provável	Δ + (-) 25%	Δ + (-) 50%	
Risco de aumento (redução) da taxa de juros e índices						
TERM SOFR (a)	4,49%	4,40%	4,40%	5,50%	6,60%	

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldo em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Empréstimos	SOFR	335.101	14.744	18.423	22.116	(11.058)	(7.372)
Total		335.101	14.744	18.423	22.116	(11.058)	(7.372)

(a) Term Sofr- CME Group Benchmark Administration Ltd – Fonte: Global Rates.

20 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber com partes relacionadas	(113)	-
Redução de capital em investidas	113	-

21 Eventos subsequentes

- (a) Em 16 de janeiro de 2025, a GIP Hélios II S.A. recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 2.000, mediante transferência bancária pela controladora GIP Hélios I S.A.;
- (b) Em 31 de janeiro de 2025, a GIP Hélios II S.A. recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 100, mediante transferência bancária pela controladora GIP Hélios I S.A.;
- (c) Em 27 de fevereiro de 2025, a GIP Hélios II S.A. recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 36.000, mediante transferência bancária pela controladora GIP Hélios I S.A.;
- (d) Em 27 de março de 2025, a GIP Hélios II S.A. recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 75.393, mediante transferência bancária pela controladora GIP Hélios I S.A.;
- (e) Em março de 2025, a GIP Hélios II acordou junto ao credor da dívida (nota explicativa nº 14) alocada em curto prazo o novo vencimento para setembro de 2025;
- (f) Em março de 2025, a GIP Hélios II procedeu com o pagamento de R\$ 16.000 a Engie em função do ajuste do preço de venda das ações de Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

* * *